

j - Manter esta Secretaria informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução desta portaria;

l - Aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto desta portaria;

m - Restituir o eventual saldo de recursos a esta Secretaria ou ao Tesouro Nacional, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção;

n - Assegurar o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno, ao qual esta Secretaria está subordinada, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando emissão de fiscalização ou auditoria;

o - Apresentar a Prestação de Contas final dos recursos recebidos, inclusive dos provenientes de rendimentos de aplicação financeira, até 60 (sessenta) dias do término da presente portaria conforme Plano de Trabalho aprovado;

p - Restituir o valor transferido pela SPM/PR, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de seu recebimento, nos seguintes casos:

q - Quando não for executado o objeto da avença, ressaltadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas;

r - Quando não for apresentada, no prazo estabelecido, a prestação de contas, salvo quando decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado;

s - Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;

Fonte de Recursos	PTRES	Plano Interno	Elemento Despesa	Valor (R\$)	Nota de Crédito
100	014161		339000	203.505,00	2007NC000053
				203.505,00	

b - Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução do objeto desta Portaria, diretamente ou através de seus órgãos e entidades;

c - Analisar e aprovar os relatórios dos recursos repassados;

d - Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução desta portaria;

e - Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução dos recursos repassados por meio desta portaria, que emitirá parecer conclusivo a respeito da conclusão do objeto pactuado.

Art. 3º Os bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos, produzidos ou construídos com recursos desta Portaria, integrarão o patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro, devendo permanecer vinculados ao objeto pactuado para assegurar a continuidade do programa governamental.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NILCÉA FREIRE

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

M O Ç Ã O

O CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH, reunido ordinariamente na cidade de Brasília/DF, pela unanimidade de seus membros decidiu:

Solicitar ao Ministério da Justiça o exame da viabilidade do condicionamento de repasses de recursos federais à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, tal como proposto pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, em expediente dirigido à Procuradoria-Geral da República:

"que o Ministério da Justiça condicione o repasse de recursos federais para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás ao cumprimento das seguintes medidas:

a) investimento em iniciativas que garantam o monitoramento da ação policial como, por exemplo, a instalação de Sistema de Posicionamento Global (GPS) nas viaturas;

b) a apuração dos crimes praticados pelo policial militar, em serviço, seja realizada pela Polícia Civil, definindo melhor a atribuição da Polícia Judiciária;

II - DO INTERVENIENTE:

a) Acompanhar as licitações para a contratação de serviços e aquisição de materiais e equipamentos, realizadas pelo CONVENENTE, ou justificativa para sua dispensa, com o respectivo embasamento legal;

b) Apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos transferidos pela União; quando for o caso, conforme o estabelecido no item VIII, art. 7º, da IN/STN/Nº 01/2002;

c) Assumir as obrigações da UFRJ, quando ocorrer o descumprimento da mesma nas obrigações e quaisquer anormalidades que possam ocorrer no decorrer do cumprimento do objeto;

d) Acompanhar a execução do objeto, com vista a informar a UFRJ de quaisquer anormalidades que possam ocorrer no decorrer do cumprimento do objeto.

e) Propiciar, no local, os meios e as condições necessárias para que a SPM/PR ou seus propositos possam realizar as inspeções e as visitas técnicas de avaliação; e

f) Compatibilizar o objeto com as normas e procedimentos previstos na Lei nº 8.666/93.

III - DA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES/PR:

a - Transferir os recursos orçamentários e financeiros para execução do objeto avençado, na forma do Cronograma de Desembolso aprovado, observada a sua disponibilidade financeira, conforme abaixo especificado:

c) reestruturação do Instituto de Criminalística ;

d) a integração da cadeira de Direitos Humanos nos cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar;

e) a manifestação oficial da Secretaria de Segurança Pública combatendo a "doutrina" de que "bandido bom é bandido morto", através de portarias, resoluções, seminários, dentre outras iniciativas".

PAULO DE TARSO VANNUCHI

M O Ç Ã O

O CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA - CDDPH, reunido ordinariamente na cidade de Brasília/DF, pela unanimidade de seus membros decidiu:

1) externar PREOCUPAÇÃO ao Governo do Estado de Goiás, quanto à falta de elucidação de desaparecimentos e execuções atribuídos à Polícia Militar goiana;

2) refutar a ação intimidatória recentemente adotada por integrantes da ROTAM - Ronda Ostensiva Tática Metropolitana, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás;

3) solicitar rigor nas apurações devidas, de modo a enfrentar com eficácia a violência policial.

Ao mesmo tempo, decidiu manifestar APOIO E SOLIDARIEDADE ao Deputado Estadual MAURO RUBEM, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa goiana, afirmando que a atividade dessa Comissão, em acompanhar e investigar abusos e desvios que constituem inconcebíveis violações dos Direitos Humanos por agentes do Estado, deve ter prosseguimento até a sua conclusão, posto que se coaduna com a prevalência do Estado Democrático de Direito.

PAULO DE TARSO VANNUCHI

CONSELHO DE GOVERNO CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no exercício da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, com fundamento no que dispõe o inciso XVII do art. 2º do mesmo diploma legal e tendo em vista o que consta nos autos do Processo MDIC/SECEx-RJ 52500.017061/2006-72,

RESOLVE, *ad referendum* do Conselho:

Art. 1º Homologar Compromisso de Preços, nos termos constantes do Anexo I desta Resolução, para amparar as importações brasileiras de cartões semi-rígidos para embalagens, revestidos, tipos

duplex e triplex, de gramatura igual ou superior a 200g/m², classificados nos itens 4810.13.89, 4810.19.89 e 4810.92.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, quando originárias do Chile, de interesse da empresa Cartulinas CMPC S.A.

Art. 2º Tornar públicos os fatos que justificaram esta decisão, conforme o Anexo II a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. e terá vigência de até cinco anos, nos termos do disposto no art. 57 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995.

MIGUEL JORGE

ANEXO I

COMPROMISSO DE PREÇOS

A empresa Cartulinas CMPC S.A., doravante denominada CMPC, sediada no Chile, na condição de única fabricante e exportadora de cartões semi-rígidos para embalagens, revestidos, tipos duplex e triplex, de gramatura igual ou superior a 200g/m², tendo em vista a revisão em curso no processo MDIC/SECEx-RJ 52500.017061/2006-72 e de acordo com a Seção V do Capítulo V do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, assumiu compromisso nos termos a seguir estabelecidos:

Descrição do Produto

1 - O produto alcançado por este Compromisso é o cartão semi-rígido para embalagens, revestido, tipos duplex e triplex, de qualquer gramatura, classificado nos itens 4810.13.89, 4810.19.89 e 4810.92.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM.

Preço Acordado

2 - Para os propósitos desse Compromisso, preço de exportação significa o preço CFR (Custo e Frete) São Paulo, cobrado pelo exportador, para pagamento à vista, líquido de seguro e outras despesas.

2.1 - Exceção feita ao estabelecido nos itens 2.2 a) e b) abaixo, os preços de exportação dos produtos acima descritos, originários da República do Chile, praticados pela signatária para a República Federativa do Brasil serão maior ou igual a:

a) US\$ 1.188,43 (um mil e cento e oitenta e oito dólares estadunidenses e quarenta e três centavos) por tonelada métrica para cartões semi-rígidos para embalagens, revestidos, tipo duplex, de qualquer gramatura; e

b) US\$ 1.313,16 (um mil e trezentos e treze dólares estadunidenses e dezesseis centavos) por tonelada métrica para cartões semi-rígidos para embalagens, revestidos, tipo triplex, de qualquer gramatura.

2.2 - Para um volume trimestral máximo de exportação de 5.560 t.m. (cinco mil e quinhentas e sessenta toneladas métricas), considerados ambos os tipos de cartão, duplex e triplex, poderão ser praticados, pela signatária, preços iguais ou superiores aos indicados a seguir:

a) US\$ 600,00 (seiscentos dólares estadunidenses) por tonelada métrica para cartões semi-rígidos para embalagens, revestidos, tipo duplex, de qualquer gramatura; e

b) US\$ 690,00 (seiscentos e noventa dólares estadunidenses) por tonelada métrica para cartões semi-rígidos para embalagens, revestidos, tipo triplex, de qualquer gramatura.

2.2.1- Para a aplicação do disposto nos itens 2.2.a) e 2.2.b), será realizada, trimestralmente, a verificação do volume exportado pela signatária para o Brasil.

2.3 - Na hipótese de, por dois trimestres consecutivos, o volume exportado pela signatária ultrapassar o montante de 5.560 t.m. (cinco mil e quinhentas e sessenta toneladas métricas) por trimestre, resguardadas eventuais flutuações decorrentes da aplicabilidade do disposto no item 2.4 a seguir, serão restabelecidos, para qualquer volume exportado, os preços definidos nos itens 2.1.a) e 2.1.b).

2.3.1 - Caso a signatária exporte, em trimestre subsequente ao período citado no item 2.3, quantidade tal que na média dos trimestres observe o volume trimestral de 5.560 t.m. (cinco mil quinhentas e sessenta toneladas métricas), serão restabelecidos os preços definidos nos itens 2.2.a) e 2.2.b).

2.3.2 - Caso a signatária incorra na hipótese descrita no item 2.3 por mais de duas vezes, os preços, para qualquer volume exportado a partir dessa ocorrência, serão sempre aqueles definidos nos itens 2.1.a) e 2.1.b).

2.4 - O limite trimestral de 5.560 t.m. (cinco mil quinhentas e sessenta toneladas métricas) referido no item 2.2 será anualmente revisto, podendo sofrer ajustes com base na publicação da Bracelpa, intitulada "Conjuntura Setorial", de modo a refletir a evolução do volume de vendas no mercado interno, praticadas pela indústria doméstica.